



ATENÇÃO, DILMA:

Ou vota nosso projeto ou não vota nada!

Todos à Comissão de Finanças na próxima quarta-feira

Na última reunião da CFT consolidamos uma estratégia para aprovar o PL 6613: obstruir a reunião até nosso projeto entrar em pauta e ser aprovado. No dia 7 a pressão dos servidores fez com que o relatório de inclusão de pauta apresentado pelo deputado Policarpo recebesse nove votos favoráveis e apenas dois contrários. O governo manobrou e a reunião foi cancelada por falta de quorum – isto é, matéria alguma. Se nós não conseguíssemos aprovar o PCCR, o governo também não conseguiu aprovar nada que quisesse. Mais cedo ou mais tarde o Planalto vai ter que ceder.

Vamos insistir nessa tática. Mas para que ela dê certo precisamos intensificar a pressão e lotar a CFT, assim como fizemos na última quarta. Vamos fazer corpo-a-corpo com os parlamentares, aplaudir quem apoiar nossa causa, vaiar quem discursa contra. Que cada servidor seja uma pedra no sapato dos deputados governistas contrários ao projeto.

Já incomodamos tanto que o discurso dos dois deputados que votaram contra a inclusão de pauta citou a nossa pressão. Eles chegaram a dizer que precisamos fazer pressão no STF e no Planalto, isto é, em qualquer lugar,

menos na CFT. Pior: tentaram nos convencer de que a aprovação do relatório de inclusão de pauta prejudicaria a aprovação do PL. E novamente tentaram medidas protelatórias. O governo insiste em nos enrolar, só que, ao contrário do ano passado, a base governista está estremecida.

Precisamos jogar duro e crescer mais e mais para cima deles a cada reunião. Vamos cultivar o apoio dos deputados a nosso favor e pressionar os que são contra. Veja ao lado os dois deputados que impediram a inclusão do PL 6613 em pauta no dia 7.

OS INIMIGOS DO PL 6613 NA CFT



LEONARDO PRADO/CÂMARA

André Vargas (PT/PR) disse que a CFT não pode resolver nosso “reajuste bilionário” e que o protesto devia ser no STF e no Planalto. Quer nos tirar da comissão porque nossa pressão incomoda.



BRITZA CAVALCANTE/CÂMARA

Cláudio Puty (PT-PA), ex-presidente da CFT, enrolou em 2011 e começou 2012 falando em recriar a subcomissão (que ele mesmo criou, sem resultados) para buscar um acordo com o Executivo.

Um caso típico de falta de vontade política

O deputado Policarpo propôs que a CFT votasse o PL 6613 o mais rápido possível para forçar uma negociação com o governo, que ainda pode se debruçar sobre o projeto na CCJ e fazer recurso ao plenário. O governo sempre deixa para negociar depois da aprovação na Comissão de Finanças. Foi o que aconteceu nos planos anteriores. Se os deputados governistas querem barrar o projeto na CFT, mesmo sabendo que o governo fará recurso ao plenário, é porque não demonstram vontade política alguma com a nossa categoria. Por isso, não podemos poupar esforços durante nossa mobilização. Para aprovar o PL 6613 no primeiro semestre, não podemos dar tréguas.

Comissão eleitoral é escolhida em assembleia lotada

Em assembleia realizada na noite de ontem (15), no prédio do TST, os servidores do Judiciário e do Ministério Público elegeram os servidores Janedir (TST), Paulo Henrique (TJDFT), Alcides (STJ), Serginho (TSE), Chicão (TJDFT) e Joaquim (STJ) para conduzir o processo eleitoral 2012/2015 do Sindjus.

A assembleia foi iniciada com os informes relativos à tramitação do PCCR. Jailton Assis, coordenador do Sindjus, deu os detalhes da sessão da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) ocorrida na última quarta e falou sobre o temor dos deputados governistas em relação à pressão da categoria, que já impediu a continuidade da primeira reunião da Comissão em 2012 e pode continuar impedindo a votação de projetos de interesse do governo. Jailton finalizou convocando todos os servidores a lotar o auditório do Plenário 4, da Câmara dos Deputados, na próxima quarta, a partir das 9h30, para dar prosseguimento à pressão sobre a CFT.

Jailton também informou sobre a grande iniciativa dos novos servidores do TJDF em prol da movimentação extraordinária, que tende a ganhar os demais tribunais. Em seguida, passou-se para a pauta da assembleia: eleição da comissão eleitoral. O servidor Eldo levantou questão de ordem e pediu que a comissão eleitoral fosse eleita considerando a representação de todas as chapas que concorrerão ao sindicato.

O advogado do Sindjus Renato Borges Barros, do escritório Ibaneis Rocha, convidado a se pronunciar sob a ótica do Estatuto do Sindjus, informou que, de acordo com o artigo 56, "o processo eleitoral será coordenado e conduzido por uma comissão eleitoral composta por três membros efetivos e três suplentes, prefe-

rencialmente integrantes da categoria, eleitos em assembleia geral", não prevendo, nesse momento, portanto, a indicação das representações das chapas.

Renato esclareceu que a indicação dos representantes das chapas ocorrerá em outro momento, previsto no parágrafo 1º do mesmo artigo. "Além disso, a inscrição de chapas tem previsão de início a partir do dia 16/03, de acordo com o edital publicado, e não há, portanto, como saber quantas chapas se inscreverão para compor a nova diretoria, sendo totalmente descabida essa questão de ordem", completou Renato.

Após essas considerações, a mesa passou a receber as relações de candidatos para a comissão eleitoral. Recebidas duas listas, iniciou-se a votação. A lista composta por Janedir (TST), Paulo Henrique (TJDFT), Alcides (STJ), Serginho (TSE), Chicão (TJDFT) e Joaquim (STJ) recebeu 201 votos. A outra lista recebeu 149 votos.

Ao defender a lista que compunha, Janedir afirmou que seu compromisso será defender a lisura do processo eleitoral de forma imparcial, à luz do que determina o Estatuto Social do Sindjus. Após sua eleição, disse que a categoria é muito esclarecida e que os votos que receberam decorrem do entendimento dos servidores de que a comissão eleitoral não pode ter chapa. "Todos os que estão aqui reunidos têm interesse em defender nossa categoria e nossa entidade. Não podemos deixar que divergências pontuais ou temporais nos afastem desse interesse maior. Da parte da comissão eleita, podem ficar certos de que agiremos com total isenção, responsabilidade e respeito ao Estatuto", declarou Janedir.

A partir de hoje (16/3) começa a ser contado o prazo para inscrição de chapas.

STJ e STF

Movimentação extraordinária em debate

O Sindjus já entregou às administrações do Judiciário e MPU requerimento solicitando progressão e movimentação extraordinária para os servidores. As manifestações de apoio são constantes, nas redes sociais, com os coordenadores e no Atendimento ao Filiado.

No dia 14 uma assembleia no TJDFT tratou desse tema, com aceitação total e sentimento de união em torno das campanhas pela aprovação da movimentação extraordinária e do PCCR. O abaixo-assinado dos servidores do TJ já tem mais de mil assinaturas.

O Sindjus se reuniu com a nova administração do TJDFT e já solicitou audiência com os outros órgãos da Justiça para tratar disso. Também convidou o escritório do ex-ministro do STF Carlos Velloso a defender a causa. Sua atuação no Supremo fez com que diversos servidores fossem beneficiados pela movimentação extraordinária.

Nos dias 19 e 20 temos assembleia sobre o assunto no (19/03) e STF, respectivamente, para esclarecer dúvidas e prosseguir com os abaixo-assinados. "Vários tribunais usaram a movimentação extraordinária no passado. Se a categoria assumir essa luta, com certeza vamos conquistar a vitória", afirmou o coordenador-geral do Sindjus Cleo Viera.

Fique de olho no calendário, participe das assembleias e da campanha no Facebook. Digite "Movimentação Extraordinária Já" na barra de pesquisa, clique no link e solicite sua participação.